Resultado da Agenda Legislativa

De 03/06/2024 até 07/06/2024

Câmara Dos Deputados

03/06/2024 – segunda-feira

14:00	**CMULHER – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**
Audiência Pública	

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 14	O impacto da reforma tributária sobre questões de gênero, com um foco particular nas estratégias de empresas de tabaco, álcool, e ultraprocessados e os conflitos de interesse com a saúde pública. Participantes Convidadas: JULIANA FERREIRA Aliança de Controle do Tabagismo – ACT Promoção da Saúde (Confirmada) LAURA CURY Aliança de Controle do Tabagismo – ACT Promoção da Saúde (Confirmada) TATHIANE PISCITELLI Fundação Getúlio Vargas (Confirmada) DÉBORA MALTA Universidade Federal de Minas Gerais (Confirmada) Requerimento nº 9/2024, da deputada Erika Kokay, subscrito pela deputada Ana Pimentel.	Encerrada (Final)

14:30	**CEDESNAT – Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional**
Reunião	

Local	Objetivo	Status

	Discussão da seca crítica que assola o Estado da Bahia. Tema: Discussão do problema da grave seca que assola o Estado da Bahia. Convidados: WALDEZ GÓES, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA, Ministra de Estado da Saúde; (A CONFIRMAR) WOLNEI APARECIDO WOLFF BARREIROS, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) SÓSTHENES TAVARES DE MACÊDO ALMEIDA, Diretor-Geral da Defesa Civil de Salvador; (CONFIRMADO) HEBER SANTANA, Superintendente de Proteção e Defesa do Estado da Bahia; (CONFIRMADO) HUMBERTO MIRANDA, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia; (A CONFIRMAR) MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. (A CONFIRMAR) (Requerimento nº 22/2023, do Dep. Leo Prates)	Cancelada

15:30	**GTRETRIB – Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status

Anexo II, Plenário 02	Normas gerais do IBS e da CBS sobre operações Audiência Pública TEMA: Normas Gerais do IBS e da CBS sobre operações Convidados: MELINA ROCHA, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID(confirmada); ANTÔNIO CLARET DE SOUZA JÚNIOR, Procurador da Fazenda Nacional – PGFN (confirmado); ISAIAS COELHO, Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas – NEF/FGV (confirmado); RODOLFO TAMANAHA, Consultor Tributário do Movimento Brasil Competitivo – MBC (confirmado); FRANCISCO JAVIER SÁNCHEZ GALLARDO, Conselheiro de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil e Especialista em Imposto sobre Valor Adicionado (confirmado); FERNANDO FACURY SCAFF, Professor Titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP (confirmado); HELENO TAVEIRA TORRES, Professor Titular de Direito Financeiro do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP (confirmado); MARCOS PEREIRA VALADÃO, Pós-Doutor em Direito e Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas em Brasília (confirmado); MARY ELBE QUEIROZ, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); BETINA GRUPENMACHER, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); CLAUDIO TARTARINI, Representante da Associação Brasileira de Telesserviço – ABT (confirmado); DAVI FERREIRA GOMES BARRETO, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (confirmado); MÁRIO SÉRGIO, Superintendente de Economia da Confederação Nacional das Indústrias – CNI (confirmado); LINA SANTIN, Advogada Tributarista, Mestre em Direito Tributário e Doutoranda pela PUC-SP (confirmada); e CAMILA TAPIAS, Vice-Presidente Mulheres no Tributário (confirmada).	Encerrada

04/06/2024 – terça-feira

09:00 **PLEN – Plenário**

Sessão Não Deliberativa Solene

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco	Encerrada

11:00 **PLEN – Plenário**

Sessão Não Deliberativa Solene

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao dia mundial do meio ambiente Homenagem ao dia mundial do meio ambiente	Encerrada

09:00 **GTRETRIB – Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 02	Modelo operacional do IBS e da CBS Audiência Pública Tema: Modelo operacional do IBS e da CBS Convidados: DANIEL LORIA, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (confirmado); MIQUEAS LIBÓRIO, Auditor Fiscal de Joinville/SC, representando a Confederação Nacional dos Municípios – CNM (confirmado); ROBERTO GOMES DE ALBUQUERQUE MELO JUNIOR, representante da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas – FNP (confirmado); RICARDO TEIXEIRA LEITE MOURÃO, Chefe de Gabinete da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil (confirmado); CRISTINA MACDOWELL, Especialista Principal em Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (confirmada); GUSTAVO BRIGAGÃO, Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (confirmado); EDUARDO AUGUSTO MARCONDES DE FREITAS, Gerente Jurídico na Federação Brasileira de Bancos – Febraban (confirmado); ADRIANA ANGELOZZI, Diretora de Assuntos Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas – ABEVD (confirmada); PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos – ABIPAG (confirmado); GUILHERME HENRIQUE MARTINS SANTOS, Diretor de Assuntos Tributários da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico – ABCOMM (confirmado); PAULO AYRES BARRETO, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (confirmado); ARMANDO FERREIRA, Representante da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável – ADIAL Brasil (confirmado); CARLOS EDUARDO XAVIER, Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ, LUIZ DIAS, Assessor Especial de Projetos Estratégicos da Secretaria da Fazenda de Alagoas – Sefaz-AL, e RICARDO NEVES PEREIRA, Subsecretário da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul – Sefaz-RS, representando o COMSEFAZ (confirmados); ALINE LARA, Especialista em Direito Tributário, representando a Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA (confirmada); ANA CAROLINA BRASIL VASQUES, Presidente Mulheres do Tributário (confirmada); MARIA JULIANA FONSECA, Advogada e Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (confirmada); MARCELA CUNHA GUIMARÃES, Doutora e Mestre em Tributário Pela PUC/SP, Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia – ACIUB (confirmada); e RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO, Assessor do Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (confirmado).	Encerrada

09:30 **CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Reunião Técnica

Local	Objetivo	Status
	Encontro com Ministro da Pesca e Aquicultura Participantes: -Sr. ANDRÉ DE PAULA, Ministro da Pesca e Aquicultura – MPA; -Sr. GUSTAVO PIRES, Chefe de Gabinete do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;	Encerrada

14:00 **EVENTOS – Eventos**

Reunião Técnica

Local	Objetivo	Status
Auditório Nereu Ramos	3º Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite, promovido pela Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite.	Cancelada

14:00	**CEENERG – Comissão Especial para estudo, avaliação e acompanhamento das iniciativas e medidas adotadas para transição energética – Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio Verde no Brasil**

Seminário

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 09	Minerais Críticos e Estratégicos: Desafios e Fomento à Produção Seminário Tema: Minerais Críticos e Estratégicos: Desafios e Fomento à Produção Programação 14h – Apresentação do Estudo sobre "Os Fundamentos para Políticas Públicas em Minerais Críticos e Estratégicos no Brasil" SILVIA FRANÇA, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. 14h30 – Painel 1: Desafios para a Produção dos Minerais Críticos e Estratégicos Moderador: DEPUTADO ARNALDO JARDIM, Coordenador da Comissão de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde Palestrantes: ALEXANDRE REPLE, Gerente de Estratégia e Novos Negócios da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM; ANA CABRAL-GARDNER, CEO e Co-Presidente da Sigma Lithium; HENRY JOSEPH JUNIOR, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; e FERNANDO LANDGRAF, Professor e Livre-Docente em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP. 15h15 – Intervenção dos Deputados presentes 15h30 – Coffee Break 15h45 – Painel 2: Fomento à Produção Nacional de Minerais Estratégicos Moderador: DEPUTADO ZÉ SILVA, Coordenador da Frente Parlamentar Mista da Mineração Sustentável Palestrantes: VITOR SABACK, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia – MME; CARLOS OMILDO COLOMBO, Coordenador de Promoção da Concorrência da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda; PEDRO PAULO DIAS MESQUITA, Gerente de Inteligência de Mercado de Mineração e Transformação Mineral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e RAUL JUNGMANN, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM. 17h – Intervenção dos Deputados presentes 17h15 – Divulgação do Estudo do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM 17h30 – Encerramento Requerimento nº 6/2024, do Dep. Arnaldo Jardim	Cancelada

14:00	**GTCGIBS – Grupo de Trabalho destinado a tratar do Projeto de Lei Complementar relativo ao Comitê Gestor e à distribuição da receita do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 09	Comitê Gestor e Distribuição da Receita IBS Debater acerca do Comitê Gestor e distribuição da Receita IBS Convidados: 1) BERNARD APPY (Confirmado) Secretário Extraordinário da Reforma Tributária Ministério da Fazenda 2) MANOEL PRCÓPIO JR. (Confirmado) Diretora da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária Ministério da Fazenda 3) CARLOS EDUARDO XAVIER (Confirmado) Presidente Conselho Nacional de Política Fazendária 4) RENATA DOS SANTOS (Confirmada) Secretária Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas 5) EUDES SIPPEL (Confirmado) Consultor Confederação Nacional dos Municípios 6) GILBERTO PERRE (Confirmado) Secretário-Executivo Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos	Encerrada

14:30	**GTRETRIB – Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status

Anexo II, Plenário 02	I) IBS e CBS sobre exportações e importações II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital Audiência Pública TEMA: I) IBS e CBS sobre exportações e importações. II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital. Convidados: FAUSTO VIEIRA COUTINHO, Subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil (confirmado); SILVIA CRISTINA BARBOSA LEAL, Auditora-Fiscal da Receita Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (confirmada); RENATO AGOSTINHO, Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior e Secretário de Comércio Exterior Substituto do MDIC, e LUCIANA MIRANDA, Assessora da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação do MDIC (confirmados); LUIZ ROBERTO PEROBA, Advogado e Sócio no Escritório Pinheiro Neto Advogados (confirmado); JONATHAN BARROS VITA, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (confirmado); JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, Presidente Executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB (confirmado); SANDRA PREVIATTI, Presidente da Associação das Empresas Usuárias de RECOF e OEA – AER (confirmada); GABRIELA ROSA, Representante da Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP (confirmada); MATIAS LOPES, Gerente Executivo Jurídico do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP (confirmado); NATÁLIA MARCASSA, CEO do MoveInfra – Movimento que reúne os seis maiores grupos de infraestrutura do País: CCR, EcoRodovias, Hidrovias do Brasil, Rumo, Santos Brasil e Ultracargo (confirmada); AUGUSTO BARRETO, Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior – ABECE (confirmado); ANDRÉ PACHECO, Diretor Tributário das Lojas Renner (confirmado); e JOÃO PAULO CAVINATTO, Advogado e Sócio no Lefosse Advogados (confirmado).	Encerrada

14:30 **CICS – Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **2**

CD PL 1228/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **João Daniel (PT/SE)**
Dispõe sobre aquisição, pelas distribuidoras, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual enquanto durar o financiamento dos equipamentos.
Despachos: CICS -> CAPADR -> CME -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Helder Salomão (PT/ES)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela aprovação deste, e do PL 3066/2023, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Cria incentivos para reduzir custos com energia elétrica, como estratégia para fortalecer pequenos empreendedores e agricultores familiares. A proposta visa financiar equipamentos de geração de energia e permitir o uso dos créditos gerados para amortizar esses financiamentos, aliviando assim o peso financeiro sobre esses grupos, promovendo autossuficiência energética e sustentabilidade. Foi apresentado o PRL nº 3, que mantém as ressalvas do PRL nº 2 sobre a limitação da obrigação de aquisição do crédito de energia pelas distribuidoras aos créditos da central consumidora-geradora enquanto não quitada a operação financeira do tomador. A principal mudança proposta no novo parecer, está na alteração está na forma como os recursos do BNDES são direcionados para financiar projetos de micro e minigeração distribuída: anteriormente, eram estabelecidos percentuais fixos, e agora passa a uma priorização com base na demanda existente. A nova abordagem pode oferecer mais oportunidades de financiamento conforme a demanda cresce, potencialmente beneficiando um número maior de pequenos produtores e empreendedores ao longo do tempo, se a demanda justificar um aumento nos recursos.

Resultado:
Lido o Parecer do Relator, Deputado Helder Salomão, pelo Deputado Jorge Goetten. Aprovado o Parecer.

15:00 **PEC04423 – Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, do Sr. Bibo Nunes e outros, que "adiciona o parágrafo 9ºB ao artigo 166 da Constituição Federal para permitir o emendamento em reserva, de 5% para o uso em catástrofes e emergências naturais"**

Audiência Pública e Deliberação

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	PEC 044.23 – Emenda orçamentária para emergências naturais Convidados: – DELTON CARVALHO – Professor de Direito Ambiental da UNISINOS (confirmado); – ALESSANDRA CARDOSO – Assessora Política do Instituto de Estudos Socio Econômicos – Inesc e Integrante do Observatório do Clima (confirmada); – GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA – Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe (confirmado); – ANTONIO ZAYEK – Consultor Ambientalista (confirmado). Req. 6/2024, de autoria do Deputado Gilson Daniel II- Deliberação de Requerimentos	Encerrada (Final)

15:00 **CASP – Comissão de Administração e Serviço Público**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 08	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **1**

CD REQ 55/2024 CASP – (DIVERSOS)
Autor(a): **Adriana Ventura (NOVO/SP)**
Requer a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 5.016/2013, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL

Resultado:
Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados, a pedido do Deputado Prof. Reginaldo Veras: Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis e Representante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

15:00	**SUBZPE – Subcomissão Especial das Políticas Públicas das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE**	
Reunião Deliberativa		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Discussão e votação de propostas legislativas – Plano de Trabalho da Subcomissão ZPE	A Cancelada

16:00	**CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**	
Reunião Deliberativa		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **8**

CD PL 8262/2017 – (ORDINARIA)
Autor(a): **André Amaral (PROS/PB)**
Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.
Despachos: CSPCCO -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO:
O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, **desde que** apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua **própria força**, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: **22**

CD PL 4451/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Marreca Filho (PRD/MA)**
"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais".
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: **23**

CD PL 4609/2020 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Chris Tonietto (PL/RJ)**
Altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.
Despachos: CCJC
Atual Relator(a): Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
O projeto cristaliza a importância de regulamentar o controle de constitucionalidade por omissão para preservar a separação de poderes e assegurar uma atuação equilibrada do STF. Esta proposta é favorável porque visa prevenir que o Judiciário ultrapasse suas atribuições, assumindo funções que são prerrogativas do Legislativo. Ao estabelecer critérios objetivos e balizas claras, o projeto de lei promove a segurança jurídica e a previsibilidade, essenciais para um Estado Democrático de Direito. Além disso, ao conter o ativismo judicial, a proposta fortalece a democracia ao garantir que mudanças significativas na legislação sejam resultado de deliberação parlamentar, respeitando a vontade popular expressa através dos representantes eleitos. Isso ajuda a manter o equilíbrio entre os poderes, evitando a concentração de poder em uma única esfera, e reforça a legitimidade e a eficácia das normas jurídicas.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: **25**

CD PL 2168/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jose Mario Schreiner (MDB/GO)**
Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.
Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei n°s 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA
ARGUMENTAÇÃO
A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

05/06/2024 - quarta-feira

09:00
Comissões
Local | Objetivo | Status
Auditório Nereu Ramos | OGrão da Cadeia Láctea - Dia jornada de luta e celebração do Dia Mundial do Leite

19:00
Lançamentos do Frente Parlamentar
Local | Objetivo | Status
Salão Nobre | Frente Parlamentar da Biotecnonia assume a pauta legislativa prioritária

09:00 **CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
Comissões Ordinárias
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 02 | Discussão e votação de proposições legislativas | Encerrada (Final)
Proposições em pauta
Ordem: 1
CD REQ 31/2024 CMADS - (DIVERSOS)
Autor(a): Zé Silva (SD/MG)
Requer a realização de audiência pública para debater o PLP 293/2024, que Dispõe sobre a regulamentação do imposto seletivo previsto na Reforma Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []

Resultado:
Aprovado, com inclusão dos seguintes convidados, a pedido do deputado Ivan Valente: Paula Johns, Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde; Ana Paula Bortoletto, Diretora do Idec; Rodrigo Bacellar, Secretário Executivo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e Jaqueline Pessoa, Secretária Nacional da Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e Pela Vida.
Ordem: 2
CD REQ 30/2024 CMADS - (DIVERSOS)
Autor(a): Zé Silva (SD/MG)
Requer a realização de Seminário para debater os avanços e desafios da Biotecnonia no Brasil.
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 4
CD REQ 29/2024 CMADS - (DIVERSOS)
Autor(a): Julio Lopes (PP/RJ)
Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "A importância da normalização no enfrentamento de desastres ambientais".
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 7
CD PL 3989/2023 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Marcelo Brum (PSD/PR) (RELEGADO/DIV)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para reparar os danos materiais e morais públicos e privados causados ao meio ambiente e a terceiros.
Despachos: CMADS -> CCJC
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Marcelo Queiroz (PP-RJ), pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 3989/2023, apensado.

ORIENTAÇÃO PPA
CONTRÁRIO AO PARECER []
ARGUMENTAÇÃO
No contexto das normas que almejamos criares contra o meio ambiente, o enfoque principal recide na reparação dos danos causados, sejam eles de ordem material ou moral, individuais ou coletivos, de tal sorte como objetivo principal o somente, ma até o dobro, das sanções atualmente vigentes para delitos ambientais.
Ocorre que, atualmente é que as regras das leis ambientais já são claras e possuem punições salvaguadas. Entretanto, o que precisa ser aprimorado é efetivamente viabilizado e a fiscalização. Dessa forma pode-se concluir que a redução atual da Lei de Crimes Ambientais é suficiente para a proteção do meio ambiente, sendo necessário apenas o aprimoramento da fiscalização e a efetivação da monitoramento e a fiscalização mais atenta por parte dos órgãos encedidos, ao invés de se concentrarem na ampliação das normas ambientais que já se caracterizam por sua rigidez.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator Aprovado o Parecer.
Ordem: 9
CD PL 4146/2024 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Marcio Arraes (PT/GO)
Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2007, para explicitar a defesa do meio ambiente e o combate a queimadas e incêndios entre as atividades-fim da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP e permitir o uso de servidores dos órgãos de controle ambiental dos entes federados na FNSP, e dá outras providências.
Despachos: CMADS -> CINDRU -> CCJC
Atual Relator(a): Nilda Tatto (PT/SP)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Nilda Tatto (PT-SP), pela rejeição deste, e do PL 2889/2022, apensado.

ORIENTAÇÃO PPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR []
ARGUMENTAÇÃO
Nossa criação a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) com pessoal especializado ao combate a queimadas e incêndios, fortalecendo o quadro de pessoal capacitado e responsabilidade no controle e combate aos crimes ambientais, cuida apoio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e cria a FNSP, para mais contribuir com os trabalhos de combate e queimadas e incêndios realizados pela FNSP.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator Visto ao Deputado Nelson Barbudo.
Ordem: **10**
CD PL 4345/2024 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.
Despachos: CMADS -> CINDIOS -> CPT -> CCJC
Atual Relator(a): Jason Mandel (CIDADANIA/AM)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Jason Mandel (CIDADANIA-AM), pela aprovação deste, e do PL 2918/2022, apensado, com Substitutivo.

ORIENTAÇÃO PPA
CONTRÁRIO []
ARGUMENTAÇÃO
Nossa criação a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) com pessoal especializado ao combate a queimadas e incêndios, fortalecendo o quadro de pessoal capacitado e responsabilidade no controle e combate aos crimes ambientais, cuida apoio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e cria a FNSP, para mais contribuir com os trabalhos de combate e queimadas e incêndios realizados pela FNSP.

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

09:00 **CITRUTRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e a Imposto Seletivo - IS.**
Auditorias Públicas
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 02 | 1) Cecília Ali e Pró Costa Júnior e demais Conselheiros do CARF - CARF/MF; 2) Cecília Ali e O Costa Júnior e demais diretores Coordenador - RODRIGO OCTAVIO ORAIR, Coordenador-Geral de Estudos e Estimativas da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (confirmado) - GUSTAVO ROCHA DE MORAES (confirmado); 3) Fernando Haddad ou Rui Costa (confirmado); - LILIAN DOS SANTOS RUBIM, - secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Confirmado) - ALESSANDRO TEIXEIRA, Diretor de Programas Substituto da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Confirmado) - Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Biotecnologia - ABBI (confirmado); - Ana Paula Vescovi, Diretora Institute BRAZIL de Inovação em Biotecnologia e Conselheira Fiscal e representante da Confederação Nacional da Indústria (confirmado); - Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Substituto Ricardo Soriano - Diretor, Marco Oliveira Pavei, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Patrícia Ellen, Coloradinha da ANA, Barth Pacheco (Confirmado); Morgan Doyle, Diretor de Assuntos Públicos e Governo da Novozymes na Brasil, Em atendimento ao Requerimento nº 19/2023, de autoria do Deputado Tabosa de Almeida (PSB/PE), Deputados Ghize Bester e Saulo Vianna.
A Definir | Instituto MINAS de Inovação em Biotecnologia e Conselheiro Fiscal e representante da Confederação Nacional da Indústria (confirmado); - Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Substituto Ricardo Soriano - Diretor, Marco Oliveira Pavei, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Patrícia Ellen, Coloradinha da ANA, Barth Pacheco (Confirmado); Morgan Doyle, Diretor de Assuntos Públicos e Governo da Novozymes na Brasil, Em atendimento ao Requerimento nº 19/2023, de autoria do Deputado Tabosa de Almeida (PSB/PE), Deputados Ghize Bester e Saulo Vianna.

09:30 **CINDRE - Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**
Auditorias Públicas
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 02 | 1) Conselho Nacional da Biotecnonia (PLP 136/2021 Coordenador, Carlos Pimenta, Secretário Nacional de Biotecnonia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Clima; Rodrigo Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Confirmado) - Leandro Bortolaso Pedras, Diretor de Programas Substituto da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Confirmado) - Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Biotecnologia - ABBI (confirmado); - Ana Paula Vescovi, Diretora Institute BRAZIL de Inovação em Biotecnologia e Conselheira Fiscal e representante da Confederação Nacional da Indústria (confirmado); - Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Substituto Ricardo Soriano - Diretor, Marco Oliveira Pavei, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Patrícia Ellen, Coloradinha da ANA, Barth Pacheco (Confirmado); Morgan Doyle, Diretor de Assuntos Públicos e Governo da Novozymes na Brasil, Em atendimento ao Requerimento nº 19/2023, de autoria do Deputado Tabosa de Almeida (PSB/PE), Deputados Ghize Bester e Saulo Vianna.

10:00 **CDR - Comissão de Desenvolvimento Econômico**
Comissões Ordinárias
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 05 | Discussão e votação de proposições legislativas | Encerrada (Final)
Proposições em pauta

Ordem: 2
CD 8410 21/0614 CDE - (INVITROS)
Autor(a): Nilto Tatto (PT/SP)
Requer a realização de Audiência pública conjunta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Saúde e Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a tema "Em defesa da Reforma Tributária 39: Saudável, Solidária e Sustentável".
ORIENTAÇÃO PPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado. Dep. Florentino Neto (PT/PI) subscreveu o Requerimento.

Ordem: 6
CD 8411 20/0614 CDE - (INVITROS)
Autor(a): João Vargas (PT/RS)
Requer a realização de Audiência pública para discutir o papel da transformação energética no controle do desmatamento, no combate à crise climática e social do Brasil.
ORIENTAÇÃO PPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado. Mesa Diretora: Dep. Danilo Forte (UNIÃO/CE), Dep. Vitor Lippi (PSDB/SP), Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA) e Dep. Florentino Neto (PT/PI). Aprovado, com inclusão de convite ao Ministério da Fazenda, ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao Instituto de Defesa de Consumidores – IDEC e para a realização em conjunto com a Comissão de Minas e Energia.

Ordem: 7
CD 8412 21/0614 CDE - (INVITROS)
Autor(a): Subcomissão Especial das Políticas Públicas das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE
Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Especial das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, para discutir a importância de instalação de empresas de fabricação verde dentro das Zonas de Processamento de Exportação.
ORIENTAÇÃO PPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado, com a inclusão de convite à senhora Elisa Gameiro, Presidente da ABIMAQ e Dirceu Lino, a Palmira. Dep. Danilo Forte (UNIÃO/CE), Dep. João Leão (PP/BA) e Dep. Vitor Lippi (PSDB/SP).

10:00 **CFT - Comissão de Finanças e Tributação - CFT - Comissão de Finanças e Tributação**

Reunião Deliberativa
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 04 | Discussão e votação de proposições legislativas | Encerrada (Final)
Proposições em pauta

Ordem: 8
CD 8413 - PRL 20/0624 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Paulo Teixeira (SDD/SP)
Sumário
Parecer do Relator, Dep. Marcos Tavares (PSD/RJ), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação.
Despacho: CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Marcos Tavares (PSD/RJ)

ORIENTAÇÃO PPA
MONITORAR

Resultado:
Retirada de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.

Ordem: 10
CD PL 4956/2012 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Sidney Leite (PSD/AM)
Altera o Código Florestal, para fomento à atividade agropecuária.
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Sumário
Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD/CE), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.956/2012, do PL nº 3.992/2023, dos Substitutivos adotados pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.992/2023, do PL nº 4.2112/2023, na forma do Substitutivo adotado pela CAPADR.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL C
ARGUMENTAÇÃO
Entendemos ser relevante que todas as instituições financeiras utilizem reparos interfinanceiros como fonte para o mercado de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), ou fim importante para o fortalecimento do setor agropecuário. Atualmente, essa prerrogativa é limitada a cooperativas de crédito, bancos comerciais, bancos cooperativos e bancos múltiplos com carteira comercial. Os reparos financeiros já transferem recursos entre o para financiar o setor rural, mas não podem usar esses reparos como garantia para emitir LCAs. Isso não está alinhado com a necessidade de ampliar o volume de recursos para o financiamento rural, que tem crescido consideravelmente, mas frequentemente insuficientes e o SNCRR enfrenta restrições em sua capacidade de funding. Melhorar o funcionamento das LCAs, permitindo o uso de reparos interfinanceiros como lastro, é essencial para garantir a sustentabilidade do crédito rural e atender à crescente demanda do setor. Portanto, o privados e, consequentemente, fortalecer o agronegócio brasileiro. A incorporação destas mudanças, condizente proposta os substitutivo que ser os projetos de lei relacionados, visa harmonizar a legislação e maximizar os recursos financeiros.

Resultado:
Aprovado o Parecer.

10:00 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Reunião Deliberativa
Local | Objetivo | Status
Anexo II, Plenário 06 | Discussão e votação de proposições | Encerrada (Final)
Proposições em pauta

Ordem: 1
CD RISE 19/2024 CAPADR - (DIVERSOS)
Autor(a): Raimundo Costa (PODE/BA)
Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da atividade da pesca e da aquicultura depois do desastre natural ocorrido no Rio Grande do Sul.

Resultado:
Aprovado.

Ordem: 3
CD RISE 61/2024 CAPADR - (DIVERSOS)
Autor(a): Heber Schoch (PSB/RR)
Requer a realização de Audiência Pública na CAPADR que "requer realização de Audiência Pública para debater os impactos do Fundo Monetário Mundial (FMI) nº 5.124, 5.127, 5.128 e 5.129, de 08 abril de 2022, que tratam do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro."
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 8
CD RISE 83/2024 CAPADR - (DIVERSOS)
Autor(a): Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 5092/2022 que restringe o confinamento extremo de animais criados para consumo humano pela indústria pecuária.

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 9
CD RISE 84/2024 CAPADR - (DIVERSOS)
Autor(a): Alcea Moreira (MDB/RS)
Requer a realização de audiência pública sobre a logística reversa das embalagens pós-consumo de produtos de limpeza e de higienes educativos.
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []

Resultado:
Aprovado.
Ordem: 12
CD RISE 7/2024 CAPADR - (DIVERSOS)
Autor(a): José Medeiros (PL/MT)
Requer que seja convocado para prestar depoimento neste Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o Ministro da Agricultura e Pecuária, o Sr. Carlos Fávaro.

Resultado:
Retirado de pauta. Transformado em convite.
Ordem: 13
CD PRL 16/2022 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): José Mário Schreiner (MDB/GO)
Susta a Resolução - RDC nº 728, de 8 de agosto de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Despachos: CAPADR -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Marussa Boldrin (MDB/GO)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
Os Projetos de Decreto Legislativo (PDL) 312/22 autorizou o uso do fosgoxila carbendazim em agrotóxicos no Brasil, revertendo a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que havia determinado a redução gradual do uso do produto devido a preocupações toxicológicas. Segundo a Anvisa, a decisão foi tomada com base em estudos que não atendiam a critérios técnicos e científicos, contrariando políticas legais de avaliação. A ausência de um plano de substituição para o fosgoxila causou impactos significativos no cultivo produtivo do agrossegócio, aumentando seus custos de produção e elevando os preços dos alimentos, o que afeta especialmente consumidores mais vulneráveis.
O carbendazim é amplamente utilizado em culturas como feijão, arroz e soja, e sua retirada representa um aumento de perdas para produtores e custos ambientais decorrentes do descarte de estoques existentes.
O proposto é atingir essas interrogações e impactos negativos, permitindo o uso continuado do carbendazim enquanto a reavaliação toxicológica pela Anvisa ainda está em andamento. É importante que qualquer decisão sobre este assunto seja baseada em análise científica detalhada e avaliação dos impactos econômicos para não ter riscos desproporcionais.

Resultado:
Lido o Parecer pela Relatora. Vista conjunta aos Deputados Alberto Fraga, João Daniel e Rodolfo Nogueira.
Ordem: 14
CD PRL 33/2024 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Caroline de Toni (PL/SC)
Susta o Decreto nº 11.627, de 18 de agosto de 2023, que altera o Decreto nº 9.321, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.
Despachos: CAPADR -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Pedro Lupion (PP/PR)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Pedro Lupion (PP/PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
O Programa Nacional de Reforma Agrária
As alterações propostas pelo Decreto nº nº 11.627, de 18 de agosto de 2022, ao
O Decreto dificulta o acesso à titulação definitiva da terra para o agricultor familiar ao quadruplicar a
prestação de avançados no processo estético. Essa medida cria um incentivo perverso à ocupação
irregular de terras, desconsiderando as condições precárias e desumanas em que vivem as famílias
Para além disso, conceder de 20 postos a avançados, conforme o Decreto nº 11.627, foi considerada
ilegal pelo Tribunal de Contas da União, violando princípios constitucionais e estrangulando os limites
O Decreto a ser revisado permite a titulação de terras para associações ou cooperativas, contrariando
o Estatuto da Terra (Lei nº 8.629/93), que veda a titulação a pessoas jurídicas. Essa medida concentra
a propriedade nas mãos de poucos, prejudicando a maioria dos agricultores e tratando de forma ou
dissipativa, negativada ou de serem verdadeiros proprietários da terra.
A prioridade da reforma agrária deve ser a titulação individual, garantindo o empoderamento do
agricultor familiar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. A substituição do termo
"colonização de áreas" e a "investigação da reforma agrária" para assentamentos rurais específicos,
em detrimento do agricultor familiar, que é o verdadeiro destinatário do Programa.
O Decreto nº 11.627 também estabelece critérios de seleção de famílias extremamente
diferenciados", criando uma condicionante ao direito à terra, a titulação deve ser plena e
incondicional, permitindo ao assentado a autonomia na gestão de sua propriedade e na escolha de
suas práticas agrícolas.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Vista ao Deputado João Daniel.
Ordem: 15
CD PL 3369/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Pinheiro Teixeira
Altera a Lei nº 8.029/90, que dispõe sobre a Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do pagamento de taxas e de
contribuições por serviços prestados, calculadas pelas órgãos reguladores, incidentes sobre os seus
produtos de registro e produção de experimentos de pesquisa, produtos e tecnologias geradas.
Despachos: CAPADR -> CFFP -> CCJC
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Albuquerque (REPUBLIC/RR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
Ao desonerar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de taxas e contribuições
1. Valorizar o trabalho da Embrapa, reconhecendo a relevância de empresa em um momento de
concorrer restrições orçamentárias.
2. Promover a inovação e o desenvolvimento de novas por soluções cada vez mais eficientes para nossos sistemas
produtivos, impulsionando a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.
3. Fortalecer a segurança alimentar e setor agropecuário, contribuindo diretamente para o aumento
da competitividade do setor agropecuário nacional.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Iniciada a Discussão. Usou(ou) a Palavra o Dep. João Daniel (PT/SE). Encerrada a Discussão. Aprovado o Parecer.
Ordem: 17
CD PL 4167/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Rodrigo Agostinho (PSB/SP)
Altera a Lei nº 10.406 de 8 julho de 2002 e a Lei nº 10.931 de 2 de dezembro de 1993.
Despachos: CAPADR -> CAPADR -> **CCJC**
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS), pela aprovação deste, e do PL 4468/2023, apensado, com subemenda.

Resultado:
Aprovado o Requerimento de Inversão de Pauta do deputado Rodolfo Nogueira. Aprovado o Parecer.
Ordem: 17
CD PL 4167/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Altera a Lei nº 10.406 de 8 julho de 2002 e a Lei nº 10.931 de 2 de dezembro de 1993.
Despachos: CAPADR -> CAPADR -> **CCJC**
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS), pela aprovação deste, e do PL 4468/2023, apensado, com subemenda.

Resultado:
Aprovado o Requerimento de Inversão de Pauta do deputado Rodolfo Nogueira. Aprovado o Parecer.
Ordem: 18
CD PL 3478/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Pinheirinho (PP/MG)
Exclui do incidência do Imposto Territorial Rural as áreas sujeitas a inundações periódicas que
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Pastoral (MDB/SC)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Pastoral (MDB/SC), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
O Projeto de Lei busca excluir a incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
sobre áreas sujeitas a inundações periódicas. Essa medida se faz necessária para garantir justiça
tributária e viabilidade econômica para os produtores rurais que enfrentam as desafios específicos dessas
regiões.
A agricultura já é marcada pela constante incerteza das atmosféricas climáticas, e as inundações
representam empreendem a produção, gerando perdas financeiras e emergenciais para os produtores e
suas famílias.
O trabalho nessas regiões é árduo e perigoso, com os agricultores expostos a riscos crescentes de
perda de suas plantações e danos às suas terras. A isenção do ITR para essas áreas é uma forma de
exploração agrícola mesmo durante boa parte do ano, limitando drasticamente a capacidade de
geração de renda dos produtores.
Além disso, a isenção do ITR para essas inundações configura uma incoerência, pois o proprietário
não sofre nenhuma sanção ou penalidade da terra devido às inundações, ou seja, ainda dos
produtores já enfrentam diversos desafios, ainda há incluído do ITR aprovando ainda mais suas
dificuldades.
Portanto, a isenção para a isenção do ITR para áreas inundáveis representa um ato de justiça social,
considerando as dificuldades enfrentadas pelos produtores e alcançando sua carga tributárias.
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
SEM ELABORAÇÃO!

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Vista ao Deputado João Daniel.
Ordem: 19
CD PL 4545/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Carlos Veras (PT/PE)
Altera a Lei nº 8.629/93 para dispor a adjudicação de imóvel rural para destinação à reforma agrária no
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Pedro Lupion (PP/PR)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Pedro Lupion (PP/PR), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
O Projeto de Lei nº 4.522/2021, que propõe a destinação prioritária de imóveis rurais de devedores
para fins de reforma agrária, embora tenha uma intenção louvável, apresenta falhas que o tornam de
ser aprovado.
A destinação dos recursos da arrecadação fiscal é mais abrangente do que a reforma agrária, o setor
do próprio ignora os impactos que a medida terá sobre outras áreas cruciais como educação e saúde.
Priorizar a reforma agrária, como propõe o art. 2º, desconsidera irresponsabilidade com o bem-estar de
toda a população.
A reforma agrária vai além da mera desapropriação e distribuição de terras, dados indicam que a
área já destinada à reforma agrária (91 milhões de hectares) supera a área total de plantio agrícola
(76 milhões de hectares). Isso demonstra que o problema não é a falta de terras disponíveis para
assentamentos, ou seja, mesmo que todos os agricultores familiares fossem provenientes da reforma
agrária, ainda haveria 33 milhões de hectares ociosos.
ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
SEM ELABORAÇÃO!

Resultado:
Retirado de pauta por solicitação do Relator.
Ordem: 20
CD PL 4167/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Dr. Marcos Pollon (PL/MS)
Dispõe sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural para o imóvel rural em que tenha
Despachos: CAPADR -> **CFF** -> CCJC
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Pedro Lupion (PP/PR), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
O PL busca isentar do ITR o imóvel rural em que tenha sido praticado o crime de roubo e o imóvel
objeto do crime de roubo, possessório.
Essa medida visa compensar proprietários rurais danos materiais e morais consideráveis aos
produtores rurais, fragilizando sua segurança jurídica e dificultando a retomada das atividades
produtivas.
Além disso, esse ônus adicional e dano financeiro suportado pelos proprietários, que se veem obrigados a
arcar com os custos de reparação dos danos decorrentes das invasões criminosas, impactando o
pleno uso dos benefícios da propriedade rural e sua capacidade de geração de renda.
Portanto, a isenção do ITR para imóveis rurais afetados por crimes de roubo pode aliviar as
dificuldades enfrentadas pelos proprietários rurais, ao mesmo tempo em que incentiva o Estado a
fortalecer suas ações de proteção e prevenção contra a criminalidade no campo.

Resultado:
Retirado de Parecer.
Ordem: 23
CD PL 4846/2024 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Altera a Lei nº 12.868, de 15 de junho de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de
beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto, para
especificar as informações prestadas ao preço e estabelecer a obrigação de disponibilização da
metodologia de cálculo.
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Ana Paula Leão (PP/MG)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Ana Paula Leão (PP/MG), pela aprovação.

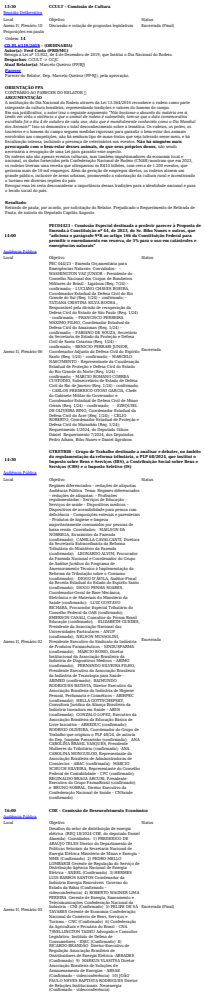
Resultado:
Lido o Parecer pela Relatora. Vista ao Deputado Emanuel Pinheiro Neto.
Ordem: 24
CD PL 5092/2022 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Fernanda Melchionna Lucinow Cavalcanti (PSOL/NP)
Proíbe a utilização de gaiolas e sistemas de confinamento extremo de animais criados para a
alimentação humana e exclusão de peixes e polvos e de outras providências.
Despachos: CAPADR -> **CFF** -> CCJC
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Pastoral (MDB/SC), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO PPA
FAVORÁVEL []
ARGUMENTAÇÃO
Em que pese a nobre preocupação dos Deputados proponentes com o bem-estar dos animais de
criação, o PL 5092/2022 não deve prosperar. Isso porque a proibição do confinamento extremo em
animais e os meios escolhidos para tal (exclusão na forma de nucleo ofertadinamos e até fechamento
das empresas), além de proibir todas por Lei matéria técnica, que é de cunho eminentemente
técnico, e que já é objeto de uma sendo disciplinada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento (MAPA).
Por esses razões, recomendamos a rejeição do projeto ou seu arquivamento.

Resultado:
Retirado de Parecer.
Ordem: 25
CD PL 1363/2015 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.
Despachos: CAPADR -> CMIS -> CCJC
Atual Relator(a): Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Pautado
Parecer do Relator, Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PPA
MINUTO
TRANSCRIÇÃO PPA E RETIRADA DE PAUTA
ORIENTAÇÃO PPA
ORIENTAÇÃO

Resultado:
Retirado de pauta por solicitação do Relator.



06/06/2024 – quinta-feira

15:00	**PLEN – Plenário**

Sessão Não Deliberativa Solene

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem à Cultura e à Música Sertaneja Homenagem à a cultura e música sertaneja	Agendada

10:00	**CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Seminário

Local	Objetivo	Status

Anexo II, Plenário 04	Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil Seminário “Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil” REQ 14/2024 CMADS, do Deputado NILTO TATTO – (PT/SP) Convidados ELIANE IGNOTTI – Presença confirmada Coordenadora - Geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde – (MS) ADRIANA AMARAL – Presença confirmada remota Analista Ambiental – SNPCT – DGA (MMA) CÁSSIO MURILO TROVATTO – Presença confirmada Coordenador-Geral de Transição Agroecológica do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar- SAF (MDA) MÁRCIA MUCHAGATA- Presença confirmada Gerente de Projeto do Gabinete da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social – SESAN (MDS) MARIA AUGUSTA RODRIGUES — Presença confirmada Coordenadora de Reavaliação da GEMAR-GGTOX (ANVISA) ANDERSON AMARO SILVA DOS SANTOS – Presença confirmada Conselheiro do Movimento de Pequenos Agricultores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MPA (CONSEA) ROGÉRIO PEREIRA DIAS – Presença confirmada Presidente do Instituto Brasil Orgânico na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) FRANCILEIA PAULA – Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos ERIVAN SILVA – Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos RENATO ROSENO – Presença confirmada remota Deputado Estadual do Ceará MARQUITO – Presença confirmada remota Deputado Estadual de Santa Catarina REPRESENTANTE – Não comparecerá Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura – SDA (MAPA)	Encerrada (Final)